

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

**Dispensa nº 2026.05.08.2**

Torna-se público que Secretaria Municipal de Saúde, por meio do seu gestor que ao final subscreve, realizará Dispensa de Valor, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal Nº 1602001/2023 – GP, e demais normas aplicáveis.

**UASG:** 981385

**Data da sessão:** 17/06/2026

**Horário da Fase de Lances:** 10h:07min

**Link:** Portal Compras.gov.br ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**ACESSO EDITAL:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Critério de Julgamento:** menor preço por item.

**Número da Compra:** 981385-34/2026

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

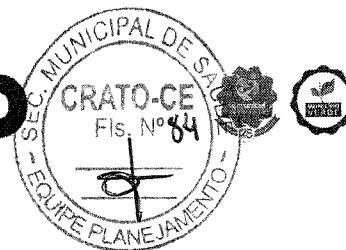
1.1. Aquisição de Unidade Móvel para Analgesia Inalatória com óxido nitroso para atender as demandas do centro de especialidades odontológicas do Crato/CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no processo de Dispensa nº 2026.05.08.2;

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

1.3. O critério de julgamento adotado foi o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	617853	APARELHO DE ÓXIDO NITROSO - Especificação: - Aparelho com blender e escala expandida de 220mm de comprimento, com leitura individual para cada gás (N2O e O2). - Base com haste e rodinhas. - Sistema de oxigenação em caso de emergência. - Concentração mínima de 30% de O2 na mistura fornecida ao paciente. - Válvula anti-asfíxia que permita a entrada de ar na falta de O2/N2O. - Leitura direta da concentração com ajuste automático na mistura N2O/O2. - Sistema antipoluição que mede a vazão e não a pressão. Precisa acompanhar: 1) Circuito inalatório com máscara; máscaras de silicões autoclaváveis com sistema de segurança contra inversão. Três máscaras, sendo uma de tamanho pequeno, uma de tamanho médio e uma grande. 2) Fluxômetro acoplado para emergência. 3) Reanimadores de silicone autolaváveis. 4) Oxímetro de pulso de dedo. 5) Suporte dos cilindros. 6) Regulador de oxigênio. 7) Regulador de óxido nitroso. 8) Cilindro de Oxigênio. 9) Cilindro de Óxido nitroso. 10) Maleta de emergência. 11) Balão de oxigênio de 1, 2 e 3L. 12) Conjunto portátil de cilindros e do aparelho. 13) Monitor M300 de pacientes com ECG, catmat 617853.	UND	1
2	617986	FAIXA, para contenção de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodão, composta internamente com filete de espuma ortopédica, para membros superiores, tam. Infantil, catmat 617986.	UND	8
3	617983	FAIXA, para contenção de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodão, composta internamente com filete de espuma ortopédica, para membros superiores, tam. adulto, catmat 617983.	UND	8
4	617988	Faixa Para Contenção De Paciente Aplicação: P/ Tronco / Abdômen, Material: Tecido Resistente E Acolchoado, Componente: Tira Ajustável, Tamanho: Adulto, catmat 617988.	UND	4
5	455007	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil P, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455007.	UND	4
6	455008	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil G, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455008.	UND	4
7	455009	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil M, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455009.	UND	4

*Assinatura*



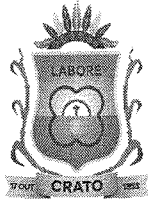
## 2. COLETA DE PREÇOS JÁ FORNECIDAS:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	EMPRESA 4	MÉDIA	V. TOTAL
1	617853	APARELHO DE ÓXIDO NITROSO - Especificação: - Aparelho com blender e escala expandida de 220mm de comprimento, com leitura individual para cada gás (N2O e O2). - Base com haste e rodinhas. - Sistema de oxigenação em caso de emergência. - Concentração mínima de 30% de O2 na mistura fornecida ao paciente. - Válvula anti-asfixia que permita a entrada de ar na falta de O2/N2O. - Leitura direta da concentração com ajuste automático na mistura N2O/O2. - Sistema antipoluição que mede a vazão e não a pressão. Precisa acompanhar: 1) Circuito inalatório com máscara; máscaras de silicões autoclaváveis com sistema de segurança contra inversão. Três máscaras, sendo uma de tamanho pequeno, uma de tamanho médio e uma grande. 2) Fluxômetro acoplado para emergência. 3) Reanimadores de silicone autolaváveis. 4) Oxímetro de pulso de dedo. 5) Suporte dos cilindros. 6) Regulador de oxigênio. 7) Regulador de óxido nitroso. 8) Cilindro de Oxigênio. 9) Cilindro de Óxido nitroso. 10) Maleta de emergência. 11) Balão de oxigênio de 1, 2 e 3L. 12) Conjunto portátil de cilindros e do aparelho. 13) Monitor M300 de pacientes com ECG, catmat 617853.	UND	1	16.709,27	14.965,76	13.200,00	00,00	14.598,34	14.598,34
2	617986	FAIXA, para contencao de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodao, composta internamente com filete de espuma ortopedica, para membros superiores, tam. Infantil, catmat 617986.	UND	8	9,91	9,82	7,59	00,00	9,11	72,88
3	617983	FAIXA, para contencao de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodao, composta internamente com filete de espuma ortopedica, para membros superiores, tam. adulto, catmat 617983.	UND	8	13,50	12,00	12,50	00,00	12,67	101,36
4	617988	Faixa Para Contenção De Paciente Aplicação: P/ Tronco / Abdômen, Material: Tecido Resistente E Acolchoado, Componente: Tira Ajustável, Tamanho: Adulto, catmat 617988.	UND	4	41,00	49,90	33,00	44,50	42,10	168,40
	455007	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil P, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455007.	UND	4	22,14	24,08	22,00	21,00	22,31	89,24
6	455008	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil G, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455008.	UND	4	30,00	30,25	33,67	00,00	31,31	125,24
7	455009	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil M, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455009.	UND	4	49,50	47,12	37,50	00,00	44,71	178,84
<b>VALOR TOTAL DOS ITENS</b>										<b>15.334,30</b>

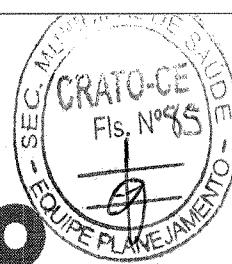
## 3. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS:

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), contendo ainda:

Secretaria  
de Saúde



**Crato**  
PREFEITURA

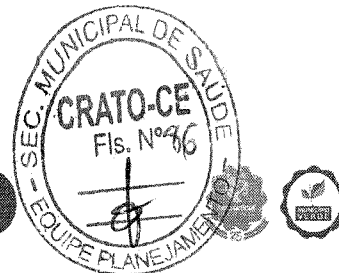


- I) Razão social, local da sede e número de inscrição do CNPJ da empresa;
  - II) Assinatura do representante legal;
  - III) Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da apresentação;
  - IV) Valor unitário e total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já consideradas no mesmo, todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no objeto constante deste processo.
- 3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
  - 3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
  - 3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
    - 3.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
    - 3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
    - 3.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
      - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
      - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
      - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
      - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
      - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Secretaria  
de Saúde



**Crato**  
PREFEITURA



f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. Sociedades cooperativas.

3.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3. As propostas deverão ser apresentadas conforme tabela descrita no item 1.2.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da fase de lances, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Aviso de Contratação Direta.

4.2. A impugnação deverá ser realizada na forma eletrônica, pelo seguinte endereço: [saude@crato.ce.gov.br](mailto:saude@crato.ce.gov.br);

4.3. Caberá à Autoridade Competente, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração dos artefatos da fase de planejamento, decidir sobre a petição no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida nova data para a realização da Dispensa Eletrônica.

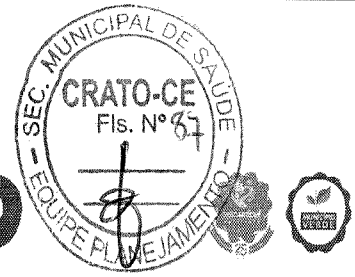
4.5. Qualquer solicitação de esclarecimentos referente ao presente processo de Dispensa Eletrônica deverá ser realizada na forma eletrônica, pelo o seguinte endereço: [saude@crato.ce.gov.br](mailto:saude@crato.ce.gov.br) em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada no preâmbulo deste Instrumento para abertura da fase de lances.

4.6. Caberá à Autoridade Competente, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração dos artefatos da fase de planejamento, responder os pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento.

Secretaria  
de Saúde



**Crato**  
PREFEITURA



4.7. As decisões sobre as impugnações, bem como os esclarecimentos, serão divulgadas pela Autoridade Competente a todos os interessados.

## **5. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

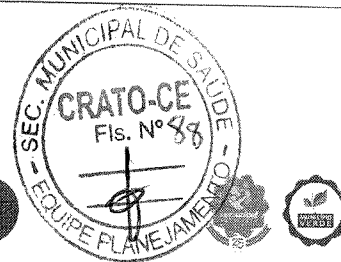
5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.8.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.8.4. Que cumprê as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.8.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.9. O proponente organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **6. DA FASE DE LANCES**

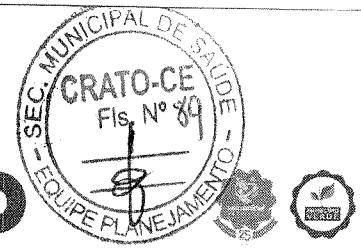
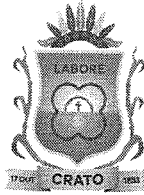
6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

6.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (HUM) REAL**.



6.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

7.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, a Autoridade Competente poderá negociar condições mais vantajosas.

7.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

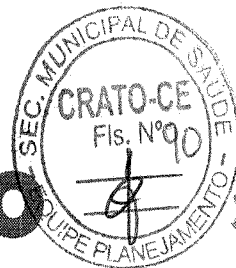
7.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

7.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, a Autoridade Competente verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.4.1. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

*Frederico*



7.4.2. Consulta o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço: <https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>.

7.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

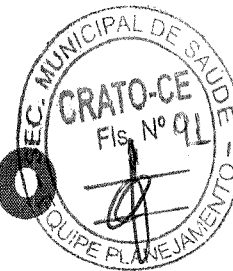
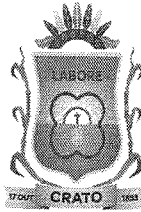
7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

*Sreestuer*



7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **8. HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, estão especificados no item 3 do Termo de Referência, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

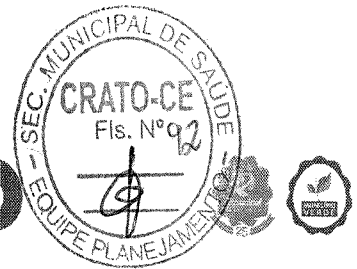
8.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

8.2.1. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Autoridade Competente, o proponente será inabilitado.

8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para



atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **9. DO RECURSO**

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer proponente manifeste a intenção de recorrer, enviando o arquivo com a manifestação para o e-mail oficial indicado neste Aviso de Contratação Direta.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Autoridade Competente verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento a Autoridade Competente não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

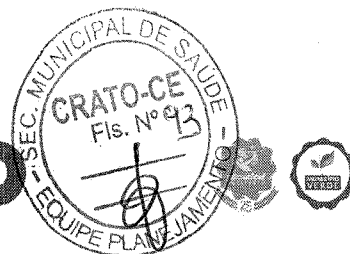
9.3. A falta de manifestação do proponente quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo endereço eletrônico presente neste Aviso de Contratação Direta, ficando os demais proponente, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também no mesmo endereço eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Aviso de Contratação Direta.

*Leandro*



## 10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

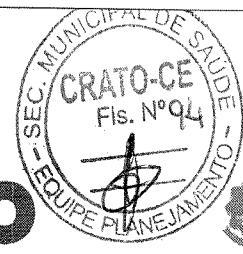
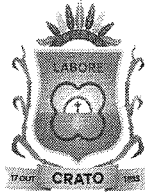
11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;



11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

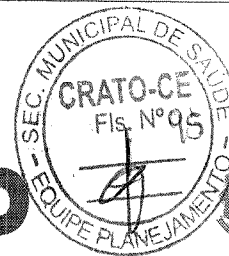
11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

*Greenhues*



11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, descarta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

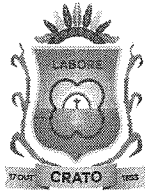
12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

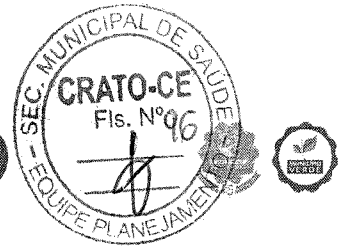
12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

Secretaria  
de Saúde



**Crato**  
PREFEITURA



mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

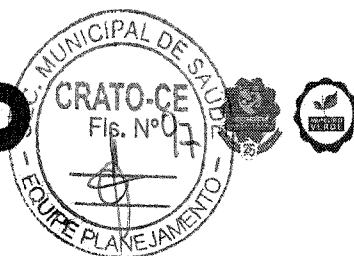
12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Crato, CE, 08 de maio 2026.

---

Sheyla Martins Alves Francelino  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria Nº 66/2026 – GP

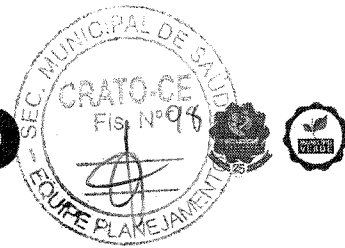


**ANEXO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Referência processo fluxus nº 4417.2026 e 4799.2026**  
**Referência ETP nº 09/2026**

**1. DO OBJETO**

Aquisição de Unidade Móvel para Analgesia Inalatória com óxido nitroso para atender as demandas do centro de especialidades odontológicas do Crato/CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM 01, EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	617853	APARELHO DE ÓXIDO NITROSO - Especificação: - Aparelho com blender e escala expandida de 220mm de comprimento, com leitura individual para cada gás (N2O e O2). - Base com haste e rodinhas. - Sistema de oxigenação em caso de emergência. - Concentração mínima de 30% de O2 na mistura fornecida ao paciente. - Válvula anti-asfixia que permita a entrada de ar na falta de O2/N2O. - Leitura direta da concentração com ajuste automático na mistura N2O/O2. - Sistema antipoluição que mede a vazão e não a pressão. Precisa acompanhar: 1) Circuito inalatório com máscara; máscaras de silicones autoclaváveis com sistema de segurança contra inversão. Três máscaras, sendo uma de tamanho pequeno, uma de tamanho médio e uma grande. 2) Fluxômetro acoplado para emergência. 3) Reanimadores de silicone autolaváveis. 4) Oxímetro de pulso de dedo. 5) Suporte dos cilindros. 6) Regulador de oxigênio. 7) Regulador de óxido nitroso. 8) Cilindro de Oxigênio. 9) Cilindro de Óxido nitroso. 10) Maleta de emergência. 11) Balão de oxigênio de 1, 2 e 3L. 12) Conjunto portátil de cilindros e do aparelho. 13) Monitor M300 de pacientes com ECG, catmat 617853.	UND	1	R\$ 14.958,34	R\$ 14.958,34
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 14.958,34</b>
ITEM 02, EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
2	617986	FAIXA, para contencao de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodao, composta internamente com filete de espuma ortopedica, para membros superiores, tam. Infantil, catmat 617986.	UND	8	R\$ 9,11	R\$ 72,88
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 72,88</b>
ITEM 03, EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
3	617983	FAIXA, para contencao de paciente, confeccionada em tecido tipo brim, 100% algodao, composta internamente com filete de espuma ortopedica, para membros superiores, tam. adulto, catmat 617983.	UND	8	R\$ 12,67	R\$ 101,36
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 101,36</b>
ITEM 04, EXCLUSIVO PARA ME E EPP						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
4	617988	Faixa Para Contenção De Paciente Aplicação: P/ Tronco / Abdômen, Material: Tecido Resistente E Acolchoado, Componente: Tira Ajustável, Tamanho: Adulto, catmat 617988.	UND	4	R\$ 42,10	R\$ 168,40
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 168,40</b>
ITEM 05, EXCLUSIVO PARA ME E EPP						



ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
5	455007	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil P, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455007.	UND	4	R\$ 22,31	R\$ 89,24
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 89,24</b>
<b>ITEM 06, EXCLUSIVO PARA ME E EPP</b>						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
6	455008	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil G, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455008.	UND	4	R\$ 31,31	R\$ 125,24
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 125,24</b>
<b>ITEM 07, EXCLUSIVO PARA ME E EPP</b>						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
7	455009	Máscara Gasoterapia Aplicação: Múltipla Função, Modelo: Facial Oval, Material: Cúpula Em Plástico Rígido, Tipo Borda: Coxim Inflável Em Plástico, Tamanho: Infantil M, Tipo Conector: Conector Padrão, Adicionais: C/ Presilha, catmat 455009.	UND	4	R\$ 44,71	R\$ 178,84
<b>VALOR DO ITEM</b>						<b>R\$ 178,84</b>
<b>VALOR DOS ITENS</b>						<b>R\$ 15.694,30</b>

1.1. O objeto decorreu de estudo de solução, com fundamentação e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 09/2026;

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 – GP;

1.3. A presente contratação justifica-se diante da existência de demanda reprimida no Município de Crato/CE para a realização de procedimentos odontológicos que necessitam de sedação consciente por meio de analgesia inalatória com óxido nitroso, conforme também pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 09/2026, anexo obrigatório deste Termo de Referência;

1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

## 2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação se dará através de dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, II, Lei 14.133/2021, bem como nos decretos municipais nº 1602001-2023/GP e nº 08/2024-GP, e na Instrução Normativa nº 06/2024 – PGM;

2.2. Não será utilizado o sistema de registro de preços;

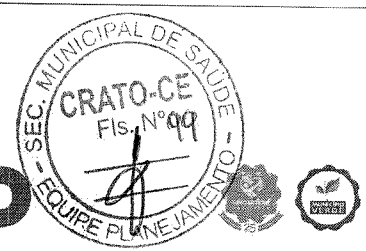
2.3. Por se tratar de dispensa por valor, o critério de escolha será: menor preço;

2.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

2.6. Não haverá exigência de amostra;

2.7. Garantia da contratação;

2.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão da natureza do objeto.



### **3. REQUISITOS DO FORNECEDOR**

3.1. Para fins de habilitação deverá o fornecedor comprovar os requisitos da Instrução Normativa nº 06/2024 – PGM.

#### **3.2. Qualificação Técnica**

3.2.2. O fornecedor deverá apresentar o registro do equipamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

3.2.3. O fornecedor deverá apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto;

3.2.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

3.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

3.2.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **4. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1. O termo formalizado será contrato, que constará em minuta dos autos;

4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

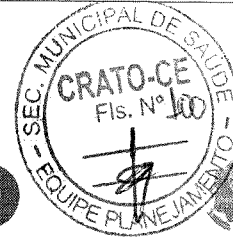
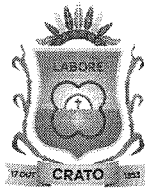
5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

5.3. Ao assinar o contrato, o contratado deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via e-mail;

5.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

5.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano



de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

5.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato: Sâmia Liberato de Sá, matrícula nº 56659 e Francisca Áurea Marques Moreira, matrícula nº 56657, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP.

## **6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO:**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de compra, conforme quantitativos solicitados.

## **7. REGIME DE EXECUÇÃO**

7.1. As solicitações de entrega ocorrerão através de emissão de Ordem de Compra, encaminhada à empresa via canais oficiais e/ou preposto;

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

7.3. A comunicação deve atender ao item 5 deste Termo de Referência;

7.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: sede da Secretaria da Saúde do Crato, Rua Sete de Setembro, 150, São Miguel, setor de almoxarifado;

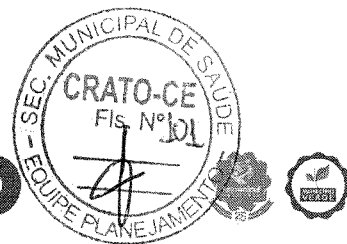
7.5. O equipamento deverá ser do tipo aparelho mecânico com sistema misturador de gases (blender) para administração controlada de óxido nitroso e oxigênio, possuindo escala expandida de, no mínimo, 220 mm de comprimento, com leitura individualizada para cada gás, garantindo precisão e segurança na regulagem da mistura;

7.6. Deverá ser dotado de fluxometria analógica independente, permitindo o controle individual dos gases, bem como controle mecânico por alavanca para ajuste da mistura gasosa, assegurando maior confiabilidade operacional. Deverá ainda possuir botão de oxigênio de emergência tipo "push", possibilitando liberação imediata de oxigênio em situações críticas, além de contar com dispositivos de segurança integrados, incluindo mecanismos que impeçam a administração de concentrações inadequadas de gases;

7.7. Deverá possuir estrutura móvel com base, haste e rodízios, permitindo facilmente deslocamentos e utilização em diferentes ambientes clínicos, bem como suporte adequado para acoplamento e transporte de cilindros de gases;

7.8. O sistema deverá assegurar concentração mínima de 30% de oxigênio na mistura administrada ao paciente, dispondo de mecanismos de segurança, tais como válvula anti-asfíxia, que permita a entrada de ar ambiente em caso de falha no fornecimento dos gases, além de sistema de oxigenação para emergências;

*Grener*



7.9. Deverá apresentar leitura direta da concentração dos gases com ajuste automático da mistura entre óxido nitroso e oxigênio, bem como sistema antipoluição que opere por medição de vazão, garantindo maior segurança ambiental e ocupacional;

7.10. A contratação deverá incluir todos os acessórios e componentes indispensáveis ao pleno funcionamento do equipamento, tais como: circuito inalatório completo com máscaras de silicone autoclaváveis em três tamanhos (pequeno, médio e grande), dotadas de sistema de segurança contra inversão; fluxômetro acoplado para emergência; reanimadores de silicone autoclaváveis; oxímetro de pulso digital; suporte para cilindros; reguladores de pressão para oxigênio e óxido nitroso; cilindros de ambos os gases; maleta de emergência; balões de oxigênio com capacidades variadas (1L, 2L e 3L); conjunto portátil do sistema; e monitor multiparamétrico com ECG;

7.11. As máscaras adquiridas de forma complementar devem possuir características autoclaváveis, e as faixas de contenção devem ser laváveis, de modo a assegurar condições adequadas de higienização e reutilização, contribuindo para a ampliação da capacidade de atendimento e a continuidade dos serviços prestados.

7.12. No caso de produtos perecíveis, a data de validade não deve ser inferior a 6 meses da data recomendada pelo fabricante;

7.13. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço pelo contratado;

7.14. Deverá ser assegurada garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação;

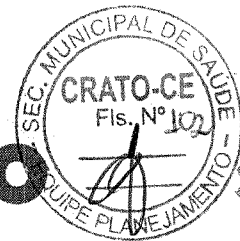
7.15. Os custos com frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação, criação, instalação, e transporte do objeto será de responsabilidade do contratado;

7.16. O contratado deverá fornecer os produtos em perfeitas condições de higiene e conservação, com adequações para o uso, livres de contaminantes químicos, físicos e biológicos;

7.17. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.18. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.19. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;



7.20. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.22. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8. PREVISÃO DE PENALIDADES**

8.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual devem atender ao disposto abaixo.

8.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

8.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.3.4. Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;

8.3.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.3.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.3.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência;

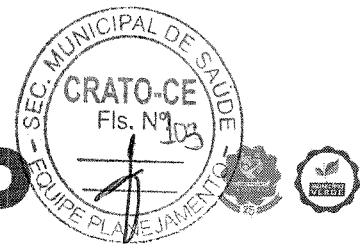
8.4.2. Multa;

8.4.3. Impedimento de licitar e contratar;

8.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

*Assinatura*

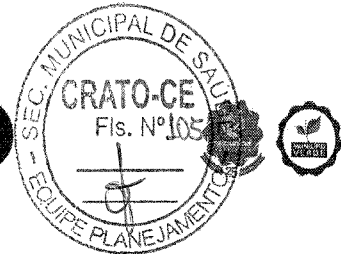


- 8.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.5.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 8.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.6. A sanção prevista no item 8.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 8.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 8.7. A sanção prevista no item 8.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 8.8. A sanção prevista no item 8.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.3.5, 8.3.6, 8.3.7 e 8.3.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 8.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 8.9. A sanção estabelecida no item 8.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;
- 8.10. As sanções previstas nos itens 8.4.1, 8.4.3 e 8.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 8.4.2.
- 8.11. A aplicação de multa se dará:
  - 8.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;
  - 8.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 8.3.5 e 8.3.8, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
  - 8.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 8.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - 8.11.4. Para infração descrita no item 8.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
  - 8.11.5. Para infrações descritas no item 8.3.4, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
  - 8.11.6. Para a infração descrita no item 8.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 8.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.13. Na aplicação da sanção prevista no item 8.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Secretaria  
de Saúde




**Crato**  
PREFEITURA

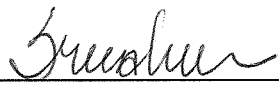


11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 10.302.1503.2.097.0000 – Gestão e Ampliação de Especialidade no CEO – Centro de Especialidades Odontológicas Municipal, Elemento de Despesas 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanente e 3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em respeito ao art. 106, II da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

**Crato, CE, 08 de maio de 2026**

  
Raimundo Luiz de Oliveira Neto  
Assessor I  
Portaria nº 527/2026 - SMPG

  
Sheyla Martins Alves Francelino  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria Nº 66/2026 - GP